

**O GLOBO GIRANDO PARA A DIREITA:
o MBL (Movimento Brasil Livre)
e as manifestações de protestos de 2015-2016 no Brasil**

Gilmara Vicente de Oliveira¹

Esse artigo analisa o MBL (Movimento Brasil Livre), que atuou de modo significativo durante as manifestações de protesto no período compreendido entre 2015 e 2016 no Brasil, iniciando o lapso temporal desde o surgimento do grupo até o *impeachment* da então presidenta da República Dilma Rousseff. Há várias organizações consideradas da ala à direita que continuam a atuar pelo país, mesmo após a saída da presidenta Dilma. Muitas delas pregam a democracia como fim maior, mas, na verdade, suas atuações transparecem modos de cunho fascista. O MBL promoveu algumas manifestações enquanto estratégia, que ocorreram em determinadas cidades brasileiras, tendo início na capital paulista e se espalharam pelo resto do país. A linhagem política do MBL e os meios utilizados para o enfrentamento às propostas do governo do Partido dos Trabalhadores estão contidas em seus documentos e panfletos. A organização realizou passeatas, reuniões com parlamentares do poder legislativo nacional, convocações por meio da internet (redes sociais e canais do *youtube*), sendo que grande parte dessas ações teve o respaldo de coordenadores vinculados ao grupo em muitas cidades do Brasil. O MBL durante o período analisado é ainda uma organização de direita, que se autodetermina liberal, mas age com base em ideias neoliberais, próprias, além de ideias fascistas, defendendo-as em nome de um país livre.

Palavras-chave: Manifestações de protesto à direita. Movimento Brasil Livre. Teoria do Estado liberal. Fascismo.

Introdução

O Liberalismo, como teoria de Estado encontra-se solidamente presente na linguagem política na era da contemporaneidade. Manifestações, protestos, personalidades públicas, intelectuais, pensadores e ações ou atitudes individuais cotidianas são, por vezes, vinculadas àquela teoria, o que faz com que se torne instrumento de distinção ideológica. Assim, esta pesquisa tem como proposta contribuir com o possível “vácuo” que possa existir na literatura referente ao modo como a teoria do Estado Liberal exerce sua influência em determinadas parcelas da sociedade brasileira. Pretendeu ainda esta pesquisa compreender as bases dos discursos emanados de algumas organizações, analisando, mais especificamente, o grupo intitulado Movimento Brasil Livre (MBL) que participou dos protestos à direita² em

¹ Discente do Programa de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Linha de pesquisa: Estado, governo e sociedade; e-mail: gilmara_vicente@yahoo.com.br.

² Norberto Bobbio (2001) enfatiza que as palavras esquerda e direita continuam a ser empregadas seriamente a propósito de políticos, de partidos, de movimentos, de alinhamentos, de jornais, de programas políticos, de disposições legislativas. Ele pergunta se é verdade ou não é verdade que a primeira pergunta que os indivíduos fazem quando trocam opiniões a respeito de um político é se ele é de direita ou de esquerda? E Bobbio ainda

2015 e em 2016 no Brasil. Tais protestos são resultantes de um contexto político particular que permitiu a associação entre “antipetismo” – ou seja, contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – e a “suposta luta contra a corrupção”.

O MBL, cujos integrantes são, na maioria, jovens, foi oficializado em novembro de 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil. O grupo, além de compartilhar um discurso “antipetista”, pedia o fim da corrupção e da impunidade; uma imprensa livre e independente; liberdade econômica; separação dos poderes; eleições livres; o fim dos subsídios diretos e indiretos.

Outro aspecto diz respeito à visibilidade durante os movimentos de protestos à direita de 2015 e 2016. O Movimento Brasil Livre utilizou espaço virtual, de onde os protestos foram agendados e ideias do grupo divulgadas. Logo, foram utilizados como base de coleta para a pesquisa as redes sociais do grupo, em especial a página *Facebook* e canais do *Youtube*.

O interesse em desenvolver a pesquisa acerca de uma organização de direita surgiu à proporção que nos atos de 2015 e 2016 muitos participantes defenderam seus pontos de vista de modo até “ferrenho”, culminando em brigas e disputas acirradas.

Uma das hipóteses que fundamenta esta pesquisa está atrelada no fato de que o Liberalismo, teoria de Estado defendido pelos integrantes do MBL, por si só, não constitui o âmago da vertente como a do fascismo; contudo dá suporte a essa corrente. Ou seja, o Movimento Brasil Livre talvez defenda o ideário liberal que em verdade possa não existir.

A escolha pelo grupo se guiou, ainda, pela vontade de entender os princípios que determinam a predominância do desejo individual sobre o coletivo. Tal desejo individual significa o individualismo que preza o egocentrismo onde o “eu” é prioridade sobre os outros. Para Hannah Arendt (2007, p. 68), “[...] o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”. Há outras razões que foram consideradas quando da realização desta pesquisa. A primeira razão reside no fato de que há uma perspectiva que poucos conseguiram captar: as organizações de direita, dentre elas o Movimento Brasil Livre, se instalam em meio a contextos políticos conturbados, dando suporte ao sentimento de ódio. No Brasil isso é ainda mais sentido entre as classes mais

pergunta: ainda existem partidos de direita e de esquerda? Termina por mencionar Marcel Gauchet (1992, apud Bobbio, 2001): “Independentemente do que vier a ocorrer, direita e esquerda têm hoje uma vida autônoma com respeito à matriz em cujo interior foram originariamente desenvolvidas. Conquistaram o planeta. Tornaram-se categorias universais da política. Fazem parte das noções de base que habitualmente informam o funcionamento das sociedades contemporâneas” (GAUCHET, 1992, apud BOBBIO, 2001, pp. 32-33).

favorecidas, já que aqueles que as integram sentiram-se como “indivíduos desprovidos de seus direitos” desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) ao comando do país.

Teoria do Estado liberal e fascismo

O Liberalismo é uma teoria e Estado que surgiu lentamente como uma oposição às monarquias absolutas e ao regime econômico denominado “mercantilismo” (Europa, entre os séculos XV e XVIII). Ideologicamente essa teoria proporcionou uma coesão entre dominantes e dominados, pois preconizou a defesa irrestrita da propriedade privada, o que transpareceu a essas classes que os interesses próprios e a liberdade ampla incorreriam em um equilíbrio do sistema, além da satisfação plena (MERQUIOR, 1991). O Liberalismo também não vislumbrou com bons olhos qualquer forma de governo popular, o que fez com que defendesse a participação de votos somente das classes proprietárias. Um dos aspectos do Estado liberal diz respeito à noção de Estado mínimo. Por esse tipo de Estado, compreende-se um Estado limitado no que tange às atividades relacionadas à esfera econômica.

É preciso lembrar que o Liberalismo gerou desdobramentos. No campo político, o termo estaria intimamente ligado à aversão das mudanças sociais, transformando-se até mesmo em ações violentas; o objetivo não seria deter as mudanças que o desenvolvimentismo porventura imprimia, mas restaurar a ordem política para um degrau anterior, para um período em que tais mudanças sequer estariam sendo cogitadas.

Quanto ao fascismo, esse surgiu dentro de camadas sociais intermédias, tendo a esperança da derrocada da proletarização. Ou seja, evitar essa proletarização servia como uma válvula de escape da ordem para a melhoria dessa mesma ordem. O fascismo, na verdade, é concebido como uma revolta que não comprometeu e nem compromete a coesão social. Isto é, como revolta no interior dessa coesão ele é ao mesmo tempo radical e conservador. Para a burguesia liberal, o fascismo tem sido a justificativa para que seja reinventada a sua própria história. Muitos liberais defendem que o fascismo estaria atrelado a um âmbito psicológico. Nesse sentido, a política e a economia liberais aparecem como desprovidas de atos inconsequentes, funestos, sendo, na verdade, esse o objetivo dos liberais. Todos os fascismos, ao longo da história, foram, acima de tudo, uma revolução dentro da ordem, procurando na esquerda, por isso mesmo, a inspiração que permitisse uma renovação da direita e

transferindo para a esquerda alguns dos temas da direita. O mal para os fascistas se consiste no fato de lugares já estarem ocupados pelos *déclassés*. Também são atribuídas aos erros ao redor do mundo a incompetência, a senilidade civilizacional ou a precariedade relacionada ao racismo. E, ainda para o fascismo, é importante substituir elites que defendam posições ultrapassadas por outras que tenham opiniões de vanguarda. Ademais, os fascistas propalam uma ideologia que é muito menos política que estética.

Há algum tempo o fascismo, por vezes dissimulado e aparentemente adormecido, saiu às ruas, penetrou em ambientes virtuais e avança, a cada dia, em espaços privados, em áreas rurais e urbanas, no intuito de impor a impossibilidade de convívio entre os pares. O ápice dessa questão diz respeito à atual intolerância e uma crise de diálogo. Por uma questão de estratégia, a diversidade se enfraqueceu, muito devido à atuação dos defensores do capitalismo. É claro que grupos escolhem alguns espaços para o acirramento, tentando a todo custo impor um modo de pensar único.

O contexto brasileiro

A forma democrática de governo iniciada a partir das eleições de 1989 para a presidência da República no Brasil se fundamentou e se fundamenta atualmente em: uma Constituição de cunho democrático, que iniciou a sua vigência a partir de 1988 e que se estendeu e acabou por universalizar os direitos de cidadania; uma implantação de plano econômico que resultou na estabilidade da moeda (o Plano Real), bem como na emergência de medidas liberais; um fortalecimento de lideranças sindicais e um ressurgimento de manifestações e protestos que proporcionaram a inclusão daqueles que estavam na base da pirâmide social. Se o então presidente Fernando Henrique (1994-2002) obtivera respaldo com implantação do Plano Real junto ao empresariado, Luiz Inácio Lula da Silva, em sua campanha para a presidência da República, em 2002, resolveu alertar a população de que a estabilidade monetária não sofreria intervenções. E isso de fato ocorreu: as medidas neoliberais que caracterizaram o governo de FHC não foram modificadas. Por outro lado, aquelas implantadas pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 2002, após a eleição de Lula à presidência da República, fizeram com que a renda de muitos cidadãos que se encontravam na base da pirâmide social se ampliasse, o que fez com que não só esses indivíduos fossem contemplados, assim como as rendas de suas famílias. O programa assistencial “Bolsa Família”, por exemplo, como demais programas alavancaram a economia, principalmente em regiões antes relegadas a segundo plano, como o Norte e o Nordeste do país.

Com o cenário favorável, Lula reelege-se para mais quatro anos de governo, a partir de 2006. Nesse período, houve a continuidade dos programas propostos no primeiro período de governo; já no segundo período os investimentos públicos foi a preocupação principal. Portos, usinas energéticas e infraestruturas urbanas obtiveram grandes investimentos, ocasionados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Dessa forma, a estabilidade e o crescimento fizeram com que Lula fosse aceito pelo empresariado brasileiro.

Os números de famílias beneficiadas pelos planos de transferências de renda não paravam de subir: de 3,6 milhões para 11,1 milhões de famílias atendidas³. Essa cobertura aos mais pobres, ocasionando o aumento real do salário mínimo, que ao mesmo tempo fazia com que as áreas de educação e saúde fossem contempladas por meio de um crescimento apenas real da economia, trouxe resultados e efeitos políticos importantes. Além disso, o programa “Cotas Sociais” permitiu o acesso de estudantes de baixa renda, oriundos de escolas secundárias, que fossem negros, mulatos ou índios ao ensino superior. Esse programa apoiou a ascensão de jovens que, muitas vezes por meio da competição, perdiam as vagas para aqueles que estão em classes mais favorecidas ou que têm renda alta. Outro ponto de destaque foi a valorização progressiva do salário mínimo. Os trabalhadores tiveram um impacto positivo em suas vidas, assim como as dos seus dependentes.

Quanto à sucessora de Lula, Dilma Rousseff, houve medidas tomadas pelo país que buscaram acelerar a sua condição como potência mundial. A realização do Campeonato Mundial de Futebol, em 2014, e a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, são alguns exemplos. Por outro lado, a partir da crise de 2008, que se iniciou nos Estados Unidos e que se fez refletir mais precisamente em 2013 no Brasil, houve a desaceleração na economia. A chefe do governo, então, toma uma medida de risco: rompe com a elite econômica. Para ela, as taxas de juros poderiam gerar empregos e aumento de produtividade. A elite, a mais prejudicada, via seus investimentos seriamente comprometidos. A única força social capaz de opor alguma resistência à elite econômica e às classes dominantes era um governo mais distributivo. Logo no início do seu governo, Dilma enfrenta dificuldades; isso devido à falta de compromisso programático, identificação ideológica e fragmentação da base composta por partidos fisiológicos. Segundo André Singer (2012), as medidas implantadas pelos governos do PT sempre se pautaram por um reformismo fraco, tendo como base um modelo de transformação lenta e dentro da ordem; por meio de mudanças pífias e sem rupturas.

³ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2906200602.htm>.

Ao chegarem ao alto comando do poder executivo tanto Luiz Inácio Lula da Silva quanto Dilma Rousseff apregoavam que o valor da educação seria um aspecto marcante da ideologia democrática. A instrução para todos deveria ser prioridade com vistas a uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A ampliação de matrículas nas escolas públicas reforçaria o sentimento de igualdade social, principalmente em cidades pequenas onde todas as crianças, adolescentes e jovens, apesar das dificuldades e desigualdades de posição social, frequentariam a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essa política contribuiu de modo substancial para o sentimento de pertencimento das classes menos abastadas; auxiliou ainda a difundir e a reforçar as ideologias da classe média. Os professores representariam as atitudes, os valores, os costumes e as capacidades intelectuais dessa classe. Também os incentivos à educação poderiam proporcionar mecanismos de ascensão de empregos, pois esses exigiam qualificações pelo sistema educacional. Enfim, serviriam como um elo na mobilidade ocupacional entre as gerações.

Entretanto, durante os treze anos em que os governos do Partido dos Trabalhadores estiveram no poder (2003-2016), a igualdade de oportunidades de instrução não pôde ser atingida. O principal resultado foi a passagem para a Classe Média Emergente (a chamada Classe “C”) dos filhos de trabalhadores. Outra consequência foi a produção de um excedente de graduados que, decepcionados, voltaram-se contra a sociedade e contra o governo federal. Como não houve cargos bastantes para essa horda, e como foi preciso que eles se contentassem com os postos que interessassem às pessoas de nível secundário, eles tornaram-se encolerizados.

O sistema educacional estaria, desse modo, a permitir um número excessivo de jovens que passaram a frequentar institutos federais e universidades com o objetivo claro de atingir situações inacessíveis para eles nas profissões ou em administrações de empresas. O que se observou foi um sentimento de fracasso e de perda da solidariedade social. Se a oferta excede a demanda, a educação sofre uma estratificação burocrática, sendo os jovens selecionados por testes ou outros tipos de medida. Como não há lugar para todos e como as ocupações que exigem pessoal qualificado estão fragmentadas ou padronizadas, e como o número de matrículas tende a aumentar, as diferenças de renda e de prestígio entre os mais e os menos instruídos diminuem. Assim, entre aqueles que não podem utilizar os seus conhecimentos recém-adquiridos surge um sentimento de ódio, de decepção, e os sacrifícios que não foram recompensados levam à desilusão. As gestões de Lula e Dilma não garantiram segurança e tampouco sentimento de pertencimento.

Dois anos após o início do seu mandato, a presidenta Dilma Rousseff enfrenta as manifestações que ocorreram em diversas cidades brasileiras. Naquele ano, em 2013, os atos evidenciaram uma forma de organização que, até aquele momento, não havia sido utilizada com tanta veemência. A internet, mais precisamente as plataformas de redes sociais, foi intensamente explorada. A pauta inicial e o cerne da questão eram o aumento em R\$ 0,20 determinado pela prefeitura de São Paulo da tarifa das passagens de ônibus metropolitanos. Muitos estudantes reivindicaram a não aceitação dos valores considerado abusivos e grupos de esquerda, dentre eles o “Movimento Passe Livre” (MPL), se juntaram ao coro estudantil. A mídia chegou a desqualificar os atos, acusando os manifestantes de vandalismo e ligação com partidos ou associações políticas radicais. Com um argumento de que o país detinha recursos para a realização da Copa das Confederações, que ocorria naquele ano, mas não para as áreas sociais, as manifestações ganharam visibilidade, inclusive internacionalmente.

Entretanto, curiosamente durante as “Jornadas de Junho”, o discurso midiático muda. Se antes cobrava a repressão por parte da polícia, agora guia a opinião pública, agregando novos manifestantes. E é nesse momento que os atos tomam grandes proporções, paralisando vias públicas em inúmeras cidades do Brasil. Ou seja, no transcorrer das manifestações, outra parcela da juventude, considerada de direita, passa a responder pelas agendas e, com isso, há a diversificação do movimento. Outras demandas difusas e heterogêneas ascendem, tais como saúde e educação públicas, mobilidade urbana, moradia e, até mesmo, o questionamento acerca da atuação do governo federal. O dia 20 de junho de 2013 é considerado o dia em que as manifestações se tornaram massificadas, ganhando todo o apoio da mídia. Segundo Rovai (2016, p. 16),

[...] a direita mais radical parecia ter acordado de um transe e ainda em transe começava a pautar o país para a radicalização total. Utilizando palavras soltas do tipo ‘bolivarianos’, ‘corruptos’, ‘terroristas’, ‘vai pra Cuba’, ‘Foro de São Paulo’, etc., esses segmentos conseguiam ampliar a rejeição ao PT, Lula e Dilma.

Muitos consideram que a juventude é o retrato da mudança, da renovação. Essa concepção, por vezes errônea, pode mascarar uma outra atitude: aquela atrelada ao conservadorismo, ao autoritarismo ou mesmo à defesa da não emancipação do indivíduo.

O “antipetismo” fortaleceu-se no Brasil nos últimos anos, estando alinhado com a cultura brasileira desigual e constituída pela hierarquia. Os programas implantados pelos governos do PT, tais como o Bolsa Família, as Cotas Sociais, o Mais Médicos, o Prouni e a modificação na legislação trabalhista para empregados domésticos fazem parte desse processo.

A intolerância e o ódio cresceram no Brasil, fruto de um resultado oriundo de uma onda destinada a criminalizar a política e os políticos, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse ódio é a base de sentimentos fascistas e também está ligado às crises na economia. Há aqueles que não enxergam uma saída para a situação econômica pela qual se encontram e depositam a culpa nos governos. Eles se veem ameaçados em seus prestígios por causa dos progressos das camadas que se encontram na base da pirâmide social. “O que perturba os espíritos lógicos é a indiscutível atração que esses movimentos exercem sobre a elite” (ARENDDT, 2004, p. 376). Na concepção arendtiana, um dos instrumentos básicos empregados na disputa entre a elite dirigente de uma sociedade – que também no entendimento dela seria um aspecto inevitável de toda luta política – consiste em mobilizar e estimular preconceitos e ressentimentos. Ela avaliou que a democracia estaria em perigo caso a elite assumisse modos, comportamentos antidemocráticos e se a mesma estimulasse a barbárie e atos violentos (ARENDDT, 2004).

O “Movimento Brasil Livre” (MBL)

Segundo a jornalista Marina Amaral (2016), em 2013 integrantes de algumas organizações iniciaram suas participações nas manifestações; e ela considera que não ocuparam espaço vazio. A *Atlas Network*, por exemplo, legalmente denominada *Atlas Economic Research Foundation* possui grupos parceiros em muitos países, não recebendo recursos governamentais; apenas privados. Um de seus parceiros, a *Students For Liberty* (SFL) auxilia a *Atlas Network* a difundir os seus preceitos. No Brasil, um braço da SFL situa-se em Belo Horizonte/MG, cuja denominação é “Estudantes Pela Liberdade” (EPL). Os objetivos dessas organizações seriam a capacitação de indivíduos no intuito de serem multiplicadores dos seus princípios, chegando, até mesmo, a formarem lideranças. Quando ocorreram as “Jornadas de Junho” em 2013, vários membros da “Estudantes Pela Liberdade” queriam participar. No entanto, por uma questão relacionada à Receita Federal, não poderiam desenvolver atividades políticas. A saída foi participarem como pessoas físicas, criando uma marca que tinha por objetivo divulgar as pautas. Nascia, assim, o Movimento Brasil Livre. Logo após o término das manifestações, Kim Kataguiri e Renan Santos assumem o grupo e Marina Amaral (2016) ainda lembra que segundo um dos integrantes da organização, Juliano Torres, em março de 2015 as pautas do MBL puderam, enfim, ser defendidas. Inspirados no Movimento Passe Livre (MPL), que teve atuação majoritária no desenrolar das manifestações de 2013, o MBL começou a reivindicar as privatizações e o Estado Mínimo. No mês de

janeiro e de março de 2015, o Movimento Brasil Livre ministraria aula pública onde defenderia a “solução liberal para o caos no transporte público”.

Com cerca de quinhentas lideranças e presença em onze estados, pode-se dizer que o Movimento Brasil Livre se consolidou como um dos principais impulsores das manifestações de protestos de 2015 e 2016. Ele engrossou o coro reacionário e de inspiração fascista. Essa revolta pode ser descrita como um instrumento utilizado por determinadas camadas da extrema-direita em tempos de crise, como a de cunho econômico e/ou hegemônico. Ademais, é tida como fonte mobilizadora das massas. “O que poucos mencionam, no entanto, com a devida clareza necessária, é que tem emergido uma multidão raivosa e fascista” (PINHEIRO-MACHADO apud SCARTEZINI, 2015, p. 193).

É por meio dos discursos – longos – que os integrantes da organização convencem as pessoas a atuarem de modo adequado e, de acordo com a situação, a mudarem de atitude e de opinião. Os membros do MBL esperam que os jovens escutem seus discursos; por isso, a oratória é para ser ouvida e assimilada. Essa atuação pôde ser comprovada por meio de vídeos postados na rede social *Facebook* do grupo. Eles, os integrantes, exigem dos jovens ativistas atuações em diversos moldes. Cobram atitudes e posturas condizentes com o pensamento do Movimento Brasil Livre. E por dominarem a linguagem da internet, os membros do MBL assumiram papéis como representantes da organização em protestos. Nesse espaço, houve ainda a desaprovação quanto ao desempenho do governo, além da disseminação intensa acerca do tema “corrupção”. Para os integrantes, os atos organizados pelo grupo foram os maiores da história, uma vez que catalisaram a fúria daqueles que não permitem a retórica de um criminoso.

Wilhelm Reich, no texto “Psicologia de Massas do Fascismo” (2001), diz que a mentalidade típica do fascista é a mentalidade que no Brasil ficou conhecida como “Zé Ninguém”. Ou seja, o sujeito ou o grupo que fora subjugado, e que estaria sedento de autoridade. Ao mesmo tempo, esse sujeito ou grupo estaria revoltado, pois observou como se comporta o homem burguês e tenta reproduzir esse discurso de modo distorcido e até grotesco. A bandeira do MBL, por exemplo, é bastante difusa. Os jovens que o integram ou aqueles que seguem o grupo nas redes sociais propagam e discutem ideias arcaicas. Descrevem-se como mobilizadores de massa, alegando que a mídia e o poder seriam manipulados e muitos políticos, corruptos.

Aqueles que ascenderam para determinada parte da classe média (a Classe Média Emergente) constituiu, segundo o Movimento Brasil Livre, uma ameaça a tudo que lhes fosse caro tanto do ponto de vista ideológico quanto material. Os universitários – que compareceram em grande número durante as manifestações de protestos de 2015 e 2016 – refletiram e divulgaram a ideia das distinções de prestígio entre os que naquele momento faziam parte da Baixa Classe Média – a intitulada Classe “C” – e os que se sentiram desprovidos dos seus benefícios.

Houve e ainda há um fenômeno vigente no Brasil: “verdeamarelismo”. Esse fenômeno foi elaborado ao longo da história pela classe dominante como que uma imagem celebrativa do país. De fato, não se trata só de manter essa celebração, que é de determinada natureza, mas sim de introduzir na cena política uma nova personagem, o povo brasileiro. Dada a inspiração fascista, diz-se que o verdadeiro Brasil não estaria em modelos europeus ou norte-americanos, mas no nacionalismo, fruto das tradições sobre o povo (CHAUÍ, 2000). Portanto, a retórica do nacionalismo, utilizada durante os protestos, encobria a ideia e a imagem da ascensão individual e a oposição de uma igualdade de classe. Nos discursos da organização esteve presente uma crítica – frágil, na verdade – à intervenção estatal na economia, bem como a valorização da meritocracia como um contraponto às políticas sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores, tais como os programas assistenciais – “Bolsa Família”, “Mais Médicos” e “Cotas Sociais” -, e, ainda, à implantação das privatizações e os ideais de um livre mercado. Nessa dimensão, o que o Movimento Brasil Livre buscou foi a visibilidade política e a adesão de simpatizantes.

O MBL faz parte de determinado segmento de classe que sintetizou o estigma do estrangeiro bárbaro. Esse, para o grupo, “tomou” empregos e “deturpou” a cultura. Os integrantes utilizam meios para impor a crença em suas superioridades e ainda tentam pregar a ideologia pretensamente politizada, mas o que querem mesmo é disseminar o ódio e as frustrações pessoais.

Considerações finais

O que se pode concluir dos elementos expostos nesta pesquisa é que aquilo que resulta do processo em que o Liberalismo se tornou a via é que o espaço público se reduz ao mercado de trocas econômicas.

Ao serem analisados os discursos, as atitudes e as ações do Movimento Brasil Livre, constata-se que, no momento atual, o ambiente político foi sucumbido pelo discurso neoliberal, esse um desdobramento do liberalismo. A elite brasileira, apoiada por alguns segmentos, desde há muito, prioriza uma “ordem legal” e um “discurso político-social” que pretende silenciar aquilo que não possa ser questionado. E as instituições brasileiras foram e são caracterizadas por resquícios escravocratas. Embora a elite não possua um projeto a nível nacional, pretende que as riquezas do país sejam privatizadas (SOUZA, 2016).

Tal como o cenário de 2015 e 2016 no Brasil, o modo como grupos de direita se organizaram passou pelo segmento a ser eliminado: odiá-lo e atacá-lo significava atacar o Estado; puni-lo, com o qual os *déclassés* eram identificados dado o papel que tinham desempenhado no seu fortalecimento. Significava, antes de tudo, atacar a tolerância para com determinado segmento, que gerou privilégios sem funções públicas.

Sem dúvida, o emprego da falsificação para fins de divulgação “antipetista”, no caso dos movimentos de protestos de 2015 e 2016, proporcionou acontecimentos para ajustá-los a uma ideologia. O inimigo objetivo que na ideia arendtiana seria aquele grupo que independentemente de sua conduta seria discriminado, isolado, punido e eliminado. Por isso a ocorrência de um ato arbitrário e gratuito que não depende da conduta daqueles que são assim identificados.

O antissemitismo moderno, aqui fazendo referência ao “antipetismo” no cenário que se configurou dentro da sociedade brasileira, parte dessa mesma concepção de suspeitar e impregnar uma dinâmica por meio da qual se condena aqueles que são, por definição, *déclassés*, que não haviam sido aceitos dentro da sociedade a qual faziam parte. Isso, de certo modo, vincula a saída para os problemas, creditando-lhes um otimismo temerário.

O MBL rompeu os limites entre a fala fascista e os atos fascistas. Livre, para o MBL, não seria a liberdade enquanto elemento fundamental para a conquista de adeptos, mas, sim, a liberdade de mercado.

Referências

AMARAL, M. Movimento Brasil Livre – MBL e junho de 2013: uma franquía americana que depois do impeachment está presente no movimento Escola Sem Partido. **Revista IHU Online**, [S.I] 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/espirtualidade/comentario-do-evangelho/159-noticias/entrevistas/558321-movimento-brasil-livre-mbl-e-junho-de-2013-uma-franquia-americana-que-depois-do-impeachment-esta-presente-no-movimento-escola-sem-partido-entrevista-especial-com-marina-amaral>>. Acesso em: 24 set. 2017.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução: Maria da Graça M. Macedo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROVAI, R. (Org.). **Golpe 16**. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

SCARTEZINI, N. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. **Revista Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, n. 20, p. 183-206, fev. 2016.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.